



ESTADO DE SERGIPE
CAMARA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA APARECIDA

JUSTIFICATIVA
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 013/2023

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA CAMARA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA APARECIDA, ESTADO DE SERGIPE, instituída nos termos da Portaria nº 03 de 06 de abril de 2023, vem justificar o caráter de inexigibilidade de licitação na possível O presente contrato tem como objeto a Participação de 05 (cinco) Representantes da Câmara de Vereadores de Nossa Senhora Aparecida/SE, no 49º Curso de Aperfeiçoamento de Agentes Públicos (Atualizar e Desenvolver o Conhecimento de Agentes Públicos) que acontece no período de 10 a 13 de novembro de 2023 no Hotel Marinas de Maceió - AL, em conformidade com o art. 25, inciso II, da Lei nº 8.666/93, e de acordo com os motivos adiante expostos:

Para respaldar a sua pretensão, esta Comissão traz aos autos do sobredito processo peças fundamentais: proposta de serviços e documentos daquela empresa que se pretende contratar, além de outros elementos que se constituem no processo em si.

Em que pese a inviabilidade de competição, ainda assim, é inexigível o Processo Licitatório, em razão dos requisitos, todos voltados para o objeto do contrato, bem como para a pessoa do futuro contratado.

Instado a se manifestar, esta Comissão vem apresentar a justificativa de inexigibilidade de licitação *sub examine*, o que faz nos seguintes termos:

A Lei nº 8.666/93, no art. 25, II e §1º dispõe, *in verbis*:

“Art. 25 – É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

(...)

II – para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade ou divulgação;

(...)

§1º - Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades,

Martalia Silva Barros

Gilmar de Almeida
Grazielle da Silva Santos



ESTADO DE SERGIPE
CAMARA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA APARECIDA

permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.”

Já o suso-aludido artigo 13, em seu inciso III, com a redação introduzida pela Lei nº 8.883/94, esclarece-nos:

“Art. 13 – Para os fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a:

(...)

III – assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;”

Em seguida, o mesmo diploma legal estabelece as condições formais para a composição do processo de inexigibilidade de licitação (*ex vi* do art. 26, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93); Ei-las:

- 1 - Razão da escolha do fornecedor ou executante;
- 2 - Justificativa do preço.

Sabe-se que a Câmara Municipal de Nossa Senhora Aparecida estado de Sergipe, por força da Constituição Federal, se sujeita ao Estatuto das Licitações e Contratos, máxime quando se utiliza de recursos provenientes da Fazenda Pública.

É bem de perceber, todavia, que nem sempre é necessário, ou possível, instaurar-se um procedimento licitatório (o que ocorre no presente caso). A regra é licitar; no entanto, a Lei nº 8.666/93 excepciona casos em que esta é dispensável, dispensada ou inexigível.

A inexigibilidade de licitação pressupõe uma situação em que esta não é viável ou, em sendo viável, compete ao caráter discricionário do administrador realizá-la ou não, tendo em vista o interesse público e visando o bem comum. Ou seja, a licitação inexigível pode vir a ser uma obrigação, a depender das circunstâncias do caso concreto e da altivez dos bens jurídicos a serem protegidos.

Assim, como se observa, a lei que rege as licitações e contratos administrativos estabelece critérios objetivos para a contratação direta. E é sob a

Graciele da Silva Santos

Gilmar de Almeida

Natalicia Silva Barreto



ESTADO DE SERGIPE
CAMARA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA APARECIDA

óptica desses critérios infraconstitucionais que esta Comissão demonstrará a situação de inexigibilidade de licitação que ora se apresenta.

Definindo, de forma bastante clara e sucinta, o que seja necessário para uma contratação direta nos moldes do art. 25, II da Lei de Licitações e Contratos, o festejado administrativista Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, doutrinou:

“A inviabilidade da competição ocorrerá na forma desse inciso se ficar demonstrado o atendimento dos requisitos, que devem ser examinados na seguinte ordem:

a) referentes ao objeto do contrato:

- que se trate de serviço técnico;
- que o serviço esteja elencado no art. 13, da Lei nº 8.666/93;

- que o serviço apresente determinada singularidade;
- que o serviço não seja de publicidade e divulgação.

b) referentes ao contratado:

- que o profissional detenha a habilitação pertinente;
- que o profissional ou empresa possua especialização na realização do objeto pretendido;
- que a especialização seja notória;
- que a notória especialização esteja intimamente relacionada com a singularidade pretendida pela Administração.”¹

Analisando-se, agora, passo a passo, os requisitos exigidos para se configurar a inexigibilidade, vê-se que tanto o objeto do contrato – **O presente contrato tem como objeto a Participação de 05 (cinco) Representantes da Câmara de Vereadores de Nossa Senhora Aparecida/SE, no 49º Curso de Aperfeiçoamento de Agentes Públicos (Atualizar e Desenvolver o Conhecimento de Agentes Públicos) que acontece no período de 10 a 13 de novembro de 2023 no Hotel Marinas de Maceió - AL, quanto a empresa que se pretende contratar – TLE – TREINAMENTOS NO PODER LEGISLATIVO E EXECUTIVO LTDA, CNPJ sob o nº 40.602.819/0001-43 – preenchem os mesmos, conforme a farta documentação apresentada a empresa já realiza trabalhos da mesma natureza conforme pode-se comprovar pelos atestados de capacidade técnica, cursos de capacitação e Curriculum apresentado, e como vemos, a seguir.**

Assim, de cada um dos requisitos preestabelecidos, temos:

¹ in FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. *Contratação Direta Sem Licitação*. Fórum.

Gilmar de Almeida

Gracielle da Silva Santos

Natalia Silva Barros



ESTADO DE SERGIPE
CAMARA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA APARECIDA
Referentes ao objeto do contrato

➤ Que se trate de serviço técnico – O serviço técnico é todo aquele em que se exige uma habilitação para ser realizado. Não se trata, simplesmente, da realização de um mero serviço comum; pelo contrário, é algo que exige um certo conhecimento para a sua realização é um serviço altamente técnico, profissional e especializado, principalmente em virtude da sua complexidade. Hely Lopes Meirelles, com lapidar clareza, assere:

“Serviços técnicos profissionais são todos aqueles que exigem habilitação legal para a sua execução. Essa habilitação varia desde o simples registro do profissional ou firma na repartição administrativa competente, até o diploma de curso superior oficialmente reconhecido. O que caracteriza o serviço técnico é a privatividade de sua execução por profissional habilitado, seja ele um mero artífice, um técnico de grau médio ou um diplomado em escola superior.”

E, nesse diapasão, complementa:

“Além da habilitação técnica e profissional normal, são realizados por quem se aprofundou nos estudos, no exercício da profissão, na pesquisa científica, ou através de cursos de pós-graduação ou de estágios de aperfeiçoamento. São serviços de alta especialização e conhecimentos pouco difundidos entre os demais técnicos da mesma profissão. Esses conhecimentos podem ser científicos ou tecnológicos, vale dizer, de ciência pura ou de ciência aplicada ao desenvolvimento das atividades humanas e às exigências do progresso social e econômico em todos os seus aspectos.”²

Novamente, trazemos à baila a problemática das Câmaras. É-se preciso ter experiência e conhecimento para se lidar com esse tipo de assunto. Portanto, quanto à sua natureza singular, é a mesma indiscutível, posto que o objeto, em alguns dos casos, é de característica única e peculiar, como a consultoria e assessoria. Vale ressaltar, desta forma, por oportuno, o entendimento de Marçal Justen Filho acerca do assunto:

“A singularidade do objeto consiste, na verdade, na singularidade (peculiaridade) do interesse público a ser

² in MEIRELLES, Hely Lopes. *Curso de Direito Administrativo*. Malheiros.

Filmar de Almeida

Joazille da Silva Santos

Natalicia Silva Barreto



ESTADO DE SERGIPE
CAMARA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA APARECIDA

satisfeito. A raiz da inexigibilidade da licitação reside na necessidade a ser atendida e não no objeto ofertado. Ou seja, não é o objeto que é singular, mas o interesse público concreto. A singularidade do objeto contratado é reflexo da especialidade do interesse público.”³

Devemos, então, nesse ponto, para finalizar o tema, encarar a questão da definição da singularidade do objeto em dois pontos básicos e cruciais: ser estabelecida exclusivamente à luz do interesse público e visar à realização do bem comum. E, assim, podemos constatar, hialinamente, que ambos se fazem presentes no objeto da contratação, pois a Participação de 05 (cinco) Representantes da Câmara de Vereadores de Nossa Senhora Aparecida/SE, no 49º Curso de Aperfeiçoamento de Agentes Públicos (Atualizar e Desenvolver o Conhecimento de Agentes Públicos) que acontece no período de 10 a 13 de novembro de 2023 no Hotel Marinas de Maceió - AL, o objeto é, eminentemente, de interesse público e visa à realização do bem comum, sendo também, pelo exposto, singular.

➤ Que o serviço não seja de publicidade e divulgação – Ora, é de uma clareza de doer nos olhos que o serviço aqui a ser contratado não se trata de publicidade e divulgação, mas, sim, a adequação do ente municipal à nova lei de licitações e contratos, dentre outros, elencado no art. 13, III e VI da Lei de Licitações e Contratos, dispensando-se, desta forma, maiores comentários a respeito, ante os comentários acima já dispensados ao assunto.

Referentes ao contratado

➤ Que o profissional detenha a habilitação pertinente – Para a realização do objeto pretendido, a primeira exigência que se impõe é que o futuro contratado possua habilitação técnica. Uma vez que a lei refere-se a serviço técnico, a habilitação constitui-se na capacidade legal para a realização do serviço, atendendo aos requisitos legais no caso. Os profissionais a serem contratados, por intermédio da empresa TLE – TREINAMENTOS NO PODER LEGISLATIVO E EXECUTIVO LTDA, CNPJ sob o nº 40.602.819/0001-43, possuem a necessária habilitação, pertinente à realização dos serviços, conforme se pode atestar dos seus

³ Ob. Cit.

Gilmar de Almeida

Natalia Silva Barreto

Guazille da Silva Santos



ESTADO DE SERGIPE
CAMARA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA APARECIDA

Curriculum Vitae anexos, bem como a formação do profissional, de acordo com a relação acostada. E, como se não fosse suficiente, é necessário esclarecer, ainda, que esses profissionais serão os responsáveis, diretamente, pela execução dos serviços que se propõe a empresa a prestar, atendendo, portanto, o preceito disposto no art. 13, §3º da Lei nº 8.666/93.

➤ Que o profissional ou empresa possua especialização na realização do objeto pretendido – Para que se opere, legitimamente, a contratação direta nos moldes aqui pretendidos, faz-se necessário, ainda, que o profissional ou empresa possua especialização na realização do objeto pretendido. Essa especialização dá-se pelo estudo ou desenvolvimento especial de certa arte ou ciência, de forma particularizada. E, novamente, contatamos que a TLE – TREINAMENTOS NO PODER LEGISLATIVO E EXECUTIVO LTDA, CNPJ sob o nº 40.602.819/0001-43 é possuidora da mesma, pelas atividades desenvolvidas ao longo do seu trabalho e intimamente relacionadas com o objeto contratado, bem como pelas ações de seu profissional. São muitos anos na prestação desses serviços, aprimorando-se a cada ano, e consolidando-se no mercado de trabalho como uma empresa devidamente reconhecida e notória, que prima pela qualidade total de seus serviços. Para arrematarmos a questão, trazemos a lume os ensinamentos do Professor Jorge Ulisses Jacoby Fernandes acerca do assunto:

“Enquanto a habilitação é um requisito objetivo, demonstrável mediante documentação própria, a especialização é de índole subjetiva, no sentido de ser um atributo ligado ao agente, profissional ou empresa e não possui forma legal própria, exclusiva, específica de documentação.”

E, concluindo:

Gilmar de Almeida

Notulista Silvia Barreto

Dra. Izabelle da Silva Santos



ESTADO DE SERGIPE
CAMARA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA APARECIDA

“A especialização, como indica a própria palavra, se faz no direcionamento, na busca do conhecimento e no desenvolvimento de certa atividade.”⁴

➤ Que a especialização seja notória - Com relação à notória especialização, está se torna evidente mediante a constatação da realização de inúmeros serviços anteriores, cujos objetos eram idênticos aos aqui contratados, no desenvolvimento de suas funções primárias, conforme consta nos autos do processo, sendo esse palco mais que comprobatório e indispensável à aferição da capacidade técnica e notória especialização da TLE – TREINAMENTOS NO PODER LEGISLATIVO E EXECUTIVO LTDA, CNPJ sob o nº 40.602.819/0001-43. Parafraseando o mestre Marçal, acerca da notória especialização:

“A primeira exigência, então, é o profissional a ser contratado apresentar objetivamente as condições de atender às necessidades da Administração. Tratando-se de serviços técnicos-científicos especializados, o exercício dos serviços pressupõe, de ordinário, certos requisitos formais. Assim, a conclusão de cursos, a participação em certos organismos voltados à atividade especializada, o desenvolvimento de serviços semelhantes em outras oportunidades, a autoria de obras literárias (técnico-científicas, se for o caso), o exercício do magistério superior, a premiação por serviços similares, a existência de aparelhamento específico, a organização de equipe técnica, etc. Não há como circunscrever exaustivamente as evidências da capacitação objetiva do contratado para prestar o serviço. O tema dependerá do tipo e das peculiaridades do serviço técnico científico, assim como da profissão exercitada. No entanto, é indispensável a existência de evidência objetiva dessa especialização e capacitação do escolhido.”

E assevera:

“A notória especialização consiste, então, nesse juízo difuso acerca da qualificação do sujeito para desempenho da atividade objeto da contratação.”⁵

⁴ Ob. Cit.

⁵ Ob. Cit.

Gilmar de Almeida

Natalieia Silva Barreto

Joaziel da Silva Santos



ESTADO DE SERGIPE
CAMARA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA APARECIDA

➤ Que a notória especialização esteja intimamente relacionada com a singularidade pretendida pela Administração – Por fim, é fácil de constatar que a notória especialização da empresa contratada não somente está intimamente relacionada com a singularidade pretendida, mas é parte integrante dessa contratação. TLE – TREINAMENTOS NO PODER LEGISLATIVO E EXECUTIVO LTDA, CNPJ sob o nº 40.602.819/0001-43, possui notória especialização relativa ao objeto a ser contratado, como o próprio nome já o diz e conforme já demonstrado, e aqui será contratada, dentre outros já enumerados. O objeto singular buscado, nesse desiderato de pleno interesse público, é o mesmo da notória especialização. Impossível de se haver correlação mais íntima! Para finalizar, o posicionamento de Jorge Ulisses Jacoby Fernandes:

“Por oportuno, insta ressaltar que a notória especialização do futuro contratado deve estar associada ao objeto pretendido pela Administração e ser suficiente para atender à singularidade imposta pelo interesse público.”

E finaliza:

“Deve haver sempre íntima correlação entre a especialização e a singularidade do objeto.”⁶

Outrossim, não se poderia, em hipótese alguma, deixar de mencionar um fator extremamente importante, e essencial na escolha da empresa para a contratação: a confiança nos serviços executados! E essa se faz primordial, haja vista que é esse grau de confiança, depositado no contratado, que torna o serviço executado singular, posto que esse será realizado à sua maneira, própria, pessoal e individualmente insuscetível de comparações, considerando-se o alto teor de subjetividade apresentado na realização de cada trabalho proposto, por individualizado e peculiar a cada profissional que o realiza, sendo inegável a necessidade da confiança do contratante no executor dos serviços como motivo de sucesso da sua gestão; tanto assim o é que o próprio Tribunal de Contas da União, em sua Súmula nº 264, assim entendeu:

⁶ Ob. Cit.

Gilmar de Almeida

Stalicia Silva Barreto

José Zille da Silva Santos



ESTADO DE SERGIPE
CAMARA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA APARECIDA

“A inexigibilidade de licitação para a contratação de serviços técnicos com pessoas físicas ou jurídicas de notória especialização somente é cabível quando se tratar de serviço de natureza singular, capaz de exigir, na seleção do executor de confiança, grau de subjetividade insuscetível de ser medido pelos critérios objetivos de qualificação inerentes ao processo de licitação, nos termos do art. 25, inciso II, da Lei nº 8.666/1993.”

7

Vencidos os requisitos necessários para uma contratação direta nos moldes do art. 25, II da Lei nº 8.666/93, vejamos, agora, as condições formais para a composição do processo de inexigibilidade de licitação.

1 - Razão da escolha do fornecedor ou executante - A escolha da empresa TLE – TREINAMENTOS NO PODER LEGISLATIVO E EXECUTIVO LTDA, CNPJ sob o nº 40.602.819/0001-43, não foi contingencial. Prende-se ao fato de que ela enquadra-se, perfeitamente, nos dispositivos enumerados na Lei de Licitações e Contratos, consoante o já exaustivamente demonstrado acima, como *conditio sine qua non* à contratação direta. E não somente por isso; é empresa detentora de profissionais experientes, capacitados e gabaritados para o serviço pretendido, que é de interesse público e visando à realização do bem comum, com ampla experiência nessa área, possuindo íntima relação com o objeto que aqui se contratado, sendo, desta forma, indiscutivelmente, a mais indicada. Cabe, ainda, reiterar que o serviço aqui a ser contratado encontra acolhida na Legislação de Licitações e Contratos, em seu artigo 13, incisos III e VI.

2 - Justificativa do preço – Conforme se pode constatar, ainda que individualizado o serviço, a proposta apresentada pela Empresa TLE – TREINAMENTOS NO PODER LEGISLATIVO E EXECUTIVO LTDA, CNPJ sob o nº 40.602.819/0001-43, verifica-se facilmente ser este compatível com os praticados no mercado. Ademais, o serviço a ser executado é ímpar e depende de alta especificidade técnica para

⁷ Súmula nº 264/2011 - TCU

Silmar de Almeida

Natalieir Silveira Barreto

Jouzeirle da Silva Santos



ESTADO DE SERGIPE
CAMARA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA APARECIDA

executá-lo, tornando-o singular, não permitindo, assim, comparações, por ser, também, individualizado e peculiarizado, de acordo com cada profissional, pois, como bem obtempera o Prof. Jorge Ulisses, "*todo profissional é singular, posto que esse atributo é próprio da natureza humana.*"

Reponha extreme de dúvidas, portanto, que a situação que se nos apresenta, conforme aqui intensiva e extensivamente demonstrada é, tipicamente, de Inexigibilidade de Licitação.

Alguns dos serviços prestados são únicos e especializados, não cabendo, portanto, comparativos, verificados, facilmente, pela unicidade e individualidade dos serviços a serem prestados, tornando seus preços, pela não coexistência, impossíveis de comparação, em virtude da especificidade, dos profissionais, e não pelo valor, entretanto preços justos, dentro de parâmetros aceitáveis e no mesmo patamar dos preços praticados por outras empresas, de acordo com consulta verbal realizada. Ademais, o serviço a ser executado é ímpar e depende de alta especificidade técnica para executá-lo, tornando-o singular, não permitindo, assim, comparações, por ser, também, individualizado e peculiarizado, de acordo com cada profissional que o realize, pois, como bem obtempera o Prof. Jorge Ulisses, "*todo profissional é singular, posto que esse atributo é próprio da natureza humana*", sendo que os profissionais a serem contratados, por intermédio da TLE – TREINAMENTOS NO PODER LEGISLATIVO E EXECUTIVO LTDA, CNPJ sob o nº 40.602.819/0001-43, possuem conhecimento profundo nesse campo, levando-se em consideração a sua vasta experiência. Ademais, os preços apresentados pelos serviços a serem prestados encontram-se dentro de parâmetros aceitáveis e de acordo com os praticados no mercado.

Reponha extreme de dúvidas, portanto, que a situação que se nos apresenta, conforme aqui exaustiva e extensivamente demonstrada é, tipicamente, de Inexigibilidade de Licitação. E, nesse diapasão, é-se permitido ao administrador afastar-se da licitação, mediante a relevância do interesse público, do bem comum e da altivez dos bens aqui tutelados. Afinal, a Constituição tutela outros princípios,

Gilmar de Almeida
Nataliceir Silva Bezerra

Grazielle da Silva Santos



ESTADO DE SERGIPE
CAMARA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA APARECIDA

além do da igualdade. Para respaldar esse entendimento, trazemos à baila as lições do Tribunal de Contas da União:

“(...) o Administrador deve, na situação do inciso II do art. 25, escolher o mais adequado à satisfação do objeto. O legislador admitiu, no caso, a existência de outros menos adequados, e colocou, portanto, sob o poder discricionário do Administrador a escolha do contratado, sob a devida e indispensável motivação, inclusive quanto ao preço, ao prazo e, principalmente, o aspecto do interesse público, que deverá estar acima de qualquer outra razão.”⁸

Por fim, não finalmente, diante da fundamentação fático-jurídica, e:

Considerando que a contratação desses serviços decorre da necessidade de organização de práticas e procedimentos administrativos e financeiros, além de legais, mediante o prévio e necessário acompanhamento e assessoramento;

Considerando que esta Câmara Municipal não possui pessoal próprio para a realização desses serviços, talvez pela falta de qualificação do mesmo ou, ainda, pela constante mudança da legislação, o que exige uma completa e perfeita assessoria técnica, no intuito de dar segurança e abalizar as decisões tomadas;

Considerando que a **TLE – TREINAMENTOS NO PODER LEGISLATIVO E EXECUTIVO LTDA**, CNPJ sob o nº 40.602.819/0001-43 e uma empresa já firmada no mercado sergipano no ramo de assessoria, já possuindo muitos anos de experiência;

Considerando que o pessoal técnico especializado que compõe a empresa **TLE – TREINAMENTOS NO PODER LEGISLATIVO E EXECUTIVO LTDA**, CNPJ sob o nº 40.602.819/0001-43, possui a pertinente e necessária especialização técnica para o desenvolvimento dos serviços;

Considerando que a estrutura física da **TLE – TREINAMENTOS NO PODER LEGISLATIVO E EXECUTIVO LTDA**, CNPJ sob o nº 40.602.819/0001-43, além dos equipamentos que guarnecem a empresa, atendem, plenamente, às necessidades desta câmara Municipal de Nossa Senhora Aparecida estado de Sergipe;

Considerando, por derradeiro, a necessidade de pôr em funcionamento esse serviço, posto que essencial ao andamento dos trabalhos aqui executados, é

⁸ Acórdão 204/2005 – Plenário - TCU

Bilmar de Almeida
Natalicia Silveira Barreto

Guaziele da Silva Santos



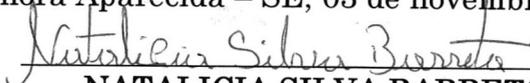
ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA APARECIDA

que, pelo exposto, faz-se necessária a contratação da TLE – TREINAMENTOS NO PODER LEGISLATIVO E EXECUTIVO LTDA, CNPJ sob o nº 40.602.819/0001-43. Perfaz a presente inexigibilidade o valor global de R\$ 4.000,00 (QUATRO MIL REAIS), conforme consta na proposta de preços da Contratante. Sendo que as despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte classificação orçamentária: 1001 – Câmara Municipal De Nossa Senhora Aparecida - 2001 – Manutenção da Câmara Municipal - Elemento de Despesa: 3390.39.00 – Outros Serviços Terceiro Pessoa Jurídica - Fonte de Recursos: 150000 – Próprios

Finalmente, porém não menos importante, *ex postis*, opina a Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Nossa Senhora Aparecida pela contratação direta dos serviços da Proponente – TLE – TREINAMENTOS NO PODER LEGISLATIVO E EXECUTIVO LTDA, CNPJ sob o nº 40.602.819/0001-43 – sem o precedente Processo Licitatório, *ex vi* do art. 25, II, c/c art. 13, III, VI e §3º e art. 26, parágrafo único, II e III, todos da Lei nº 8.666/93, em sua atual redação.

O Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Nossa Senhora Aparecida, para apreciação e posterior ratificação desta Justificativa, que dá espeque ao Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 013/2023 após o que deverá ser publicada na imprensa oficial, como condição de eficácia, em obediência ao *caput* do artigo 26 da mesma norma jurídica susoaludida.

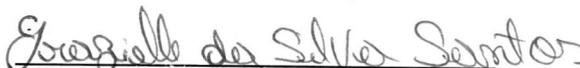
Nossa Senhora Aparecida – SE, 03 de novembro de 2023.



NATALICIA SILVA BARRETO
Presidente da CPL



GILMAR DE ALMEIDA
Membro



GRAZIELE DA SILVA SANTOS
Membro



ESTADO DE SERGIPE
CAMARA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA APARECIDA

EXTRATO DA JUSTIFICATIVA

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 013/2023

ÓRGÃO CONTRATANTE: CAMARA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA APARECIDA/SE

EMPRESA CONTRATADA: TLE – TREINAMENTOS NO PODER LEGISLATIVO E EXECUTIVO LTDA, CNPJ sob o nº 40.602.819/0001-43.

OBJETO: Participação de 05 (cinco) Representantes da Câmara de Vereadores de Nossa Senhora Aparecida/SE, no 49º Curso de Aperfeiçoamento de Agentes Públicos (Atualizar e Desenvolver o Conhecimento de Agentes Públicos) que acontece no período de 10 a 13 de novembro de 2023 no Hotel Marinas de Maceió - AL.

VALOR: R\$ 800,00 (OITOCENTOS REAIS), por pessoa. Perfazendo o valor total de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Artigo 25, Inciso II, em harmonia com art. 13, inciso III e VI, ambos da lei nº 8666/93, Legislação em vigor.

Nossa Senhora Aparecida/SE, 03 de novembro de 2023.


NATALICIA SILVA BARRETO

PRESIDENTE DA CPL

CERTIDÃO

Certifico que o **EXTRATO DE JUSTIFICATIVA** acima mencionado foi afixado no quadro de avisos e publicado no Diário Oficial desta Câmara Municipal para conhecimento geral.



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA APARECIDA

PARECER nº 22/2023

Funda-se o presente Parecer acerca da análise da Inexigibilidade de Licitação e minuta do respectivo Contrato, cujo objeto é a realização de 05 (cinco) inscrições para participação no "49º Curso de Aperfeiçoamento de Agentes Públicos (atualizar e desenvolver o conhecimento de agentes públicos)", que acontecerá no período de 10 a 13 de novembro de 2023, na Cidade de Maceió/AL.

A Lei nº 8.666/93, em seu art. 25, II e §1º, estabelece, *ipsis literis*:

Art. 25 – É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

(...)

II – para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade ou divulgação;

(...)

§1º - Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

Reportemo-nos, agora, ao mencionado art. 13, em seu inciso VI, com a redação dada pela Lei nº 8.883/94:

Art. 13 – Para os fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a:

(...)

VI – treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

Portanto, a Lei estabelece que a contratação aqui pretendida pode ser realizada na forma a ser efetivada, conforme se pode depreender da exegese dos supramencionados dispositivos legais.

A Justificativa de Inexigibilidade de Licitação apresentada preencheu todos os requisitos estabelecidos em Lei para que se configurasse, inclusive mediante a farta explanação em consonância com o objeto pretendido.

Portanto, da análise da justificativa e minuta contratual que nos foram apresentadas, percebemos o atendimento dos requisitos legais, assim como respeitadas as disposições contidas no art. 25, II e §1º combinado com o art. 13, VI, no tocante à Justificativa, e art. 55 e seus incisos, referentemente à minuta do Contrato, ambos da Lei nº. 8.666/93.



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA APARECIDA

A administração pública deve obedecer aos princípios da moralidade, legalidade, eficiência e razoabilidade, bem como, a análise jurídica que se faz nesta oportunidade é em relação ao referido procedimento de contratação e não ao mérito da contratação.

Isto posto, pela análise dos autos que nos foram apresentados e informações nele contidas, em especial a termo de referência, justificativa e minuta contratual elaboradas, não nos parece haver qualquer ofensa aos ditames e princípios legais aplicáveis ao procedimento, mormente a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, tendo sido todos os preceitos alcançados, razão pela qual opinamos pela legalidade do procedimento.

É o Parecer, **sub censura**.

Nossa Senhora Aparecida/SE, 07 de novembro de 2023.


JOÃO BOSCO FREITAS LIMA
LIMA & FREIRE ADVOGADOS ASSOCIADOS
ADVOGADO – OAB/SE. 2927

CMNSA